

Uma Breve Consideração Sobre a Relação Entre a Política Pública Social e a Educação: Um Olhar Sobre o Programa Brasil Carinhoso no Município de Brumado/BA

A Brief Consideration about the Relationship between Social Public Policy and Education: A Look into the Program 'Brasil Carinhoso' in the city of Brumado / BA

Ludmila Mota Santos ¹

Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discorrer de forma panorâmica sobre a estreita relação entre as Políticas Públicas Sociais e a Educação, no sentido de demonstrar de que forma essa relação contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país. Nesse sentido, são levantadas duas questões problemáticas: Qual é a relação entre as políticas sociais e a educação? Será que as políticas sociais erradicam a pobreza ou a educação é fundamental para se atingir este objetivo? Buscando respondê-las, foi realizada uma análise da ação governamental "Brasil Carinhoso", no município de Brumado, no estado da Bahia, uma vez que o programa visa, além da complementação da renda e de beneficiar a saúde, incentivar a educação básica com a ampliação do acesso à creche, à Pré-Escola.

Trata-se de um estudo que pretende mostrar a importância da educação para a erradicação da pobreza, em um contexto capitalista, no qual o conhecimento e a capacitação tornaram-se o diferencial para a inserção das pessoas no mercado de trabalho e, além disso, a educação é a responsável pela formação do cidadão consciente do seu papel na sociedade e de que ao exercer sua cidadania plenamente é capaz de sair da condição de pobreza em que se encontra.

Palavras-chave: Políticas Públicas Sociais; Educação; Brasil Carinhoso.

ABSTRACT

This article aims to discuss the overview form on the close relationship between Public Policy and Social Education, in order to show how this relationship contributes to the socioeconomic development of the country. Accordingly, questions are raised two issues: What is the relationship between social policy and education? Will social policies to eradicate poverty or education is fundamental to achieve this goal? Seeking to answer them, an analysis of government action "Brasil Carinhoso" was held in the municipality of Brumado in the state of Bahia, since the program aims, in addition to complementing the income and benefit health, basic education to encourage increased access to child care, the Pre - School.

This is a study that aims to show the importance of education to eradicate poverty in a capitalist context, in which knowledge and training have become the differentiator for integrating people into the labor market and, moreover, education is responsible for the formation of the citizen aware of their role in society and that in exercising their citizenship is fully capable of getting out of poverty condition in which it lies.

Keywords: Social Public Policy; Education; Brasil Carinhoso.

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: ludmys10@hotmail.com.

² Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora assistente da Universidade Federal da Bahia (UFRJ). E-mail: ineslyra@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal/88 são reconhecidos os direitos sociais na área da educação, saúde, proteção ao trabalhador, moradia, dentre outras. Nesse sentido, é de responsabilidade do Estado assegurar o cumprimento desses direitos por meio de ações, sendo que a sociedade deve participar na formulação e no controle de tais ações.

Assim, têm-se as políticas públicas sociais como ações governamentais desenvolvidas por meio de programas que determinam o padrão de proteção social pelo Estado, sendo a princípio voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais ocasionadas pelo desenvolvimento socioeconômico, proporcionando a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão.

Segundo Hofling:

As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. (HOFLING, 2001, p. 31)

Nesse sentido, a relação entre a política social e a educação deve ser pensada a partir da definição de um tipo de Estado, no caso do Brasil, a contextualização se fará no Estado Capitalista em que o trabalhador para permanecer no mercado de trabalho deve ser capacitado.

Partindo desse pressuposto, surge o problema a ser resolvido no decorrer desta pesquisa a partir de dois questionamentos: **Qual é a relação entre as políticas sociais e a educação? Será que as políticas sociais erradicam a pobreza ou a educação é fundamental para se atingir este objetivo?**

Assim, o presente trabalho visa discorrer de forma panorâmica sobre o tema Política Pública Social e a estreita relação com questões vinculadas à Educação, as quais dialogam em prol do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, uma vez que tais políticas buscam dar condições mínimas de renda para que as crianças e jovens saiam da extrema pobreza e frequentem a escola, preparando-as para ingressar no competitivo mercado de trabalho.

Diante disso, partir-se-á da ação governamental “Brasil Carinhoso”, no intuito de discutir a questão da importância da Educação Básica para o futuro profissional das crianças beneficiadas no município de Brumado, uma vez que o programa visa, além da complementação da renda e de beneficiar a saúde, incentivar a educação básica com a ampliação do acesso à creche, à Pré-Escola, sendo um estímulo para que essas crianças tenham o primeiro contato com o ambiente educacional.

2. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Definir Políticas Públicas não é uma tarefa muito simples, pois envolve uma extensa discussão entre os teóricos e vários conceitos de acordo com o contexto político e social que será aplicada. Desse modo, serão apresentados de forma sucinta alguns conceitos para que haja uma maior compreensão da ideia de Políticas Públicas.

Primeiramente, o que é política? A definição clássica de “política” provém do adjetivo grego – *politikós* – que se refere a tudo relacionado às coisas da cidade (*pólis*), ao que é urbano, público, civil e social. Aristóteles, filósofo grego, trouxe a ideia de que a política é a arte de governar a cidade. Não obstante, modernamente, passou-se a associar o conceito de política ao de Ciência do Estado, remetendo à ideia

de poder.

O Estado, segundo Rodrigues (2011, p.17), “se constitui de um conjunto de instituições públicas que envolvem múltiplas relações com o complexo social num território delimitado”, utilizando do seu poder coercitivo de forma legítima para que as decisões tomadas sejam cumpridas. Assim, o Estado detentor de autoridade tem o poder de fazer valer suas decisões políticas para toda população em um determinado território.

Segundo Schmitter (apud in: RODRIGUES, 2011, p.13) a política é entendida como “um conjunto de procedimento que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos”.

Nesse sentido, o “Estado” e a “Política” possuem em comum a ideia de poder, já que não há teoria política que não parta de uma definição de poder, bem como, a teoria do Estado provem da análise das relações entre os três poderes: executivo, legislativo e o judiciário.

E o que é o poder? Em um sentido voltado para a política, pode ser definido conforme o conceito trazido pelo cientista político, Robert Dahl (apud in: RODRIGUES, 2011, p. 15), que afirmou ser “a capacidade de influenciar alguém a fazer algo que, de outra forma ele/ela não faria”. Assim, pode-se afirmar que o indivíduo que faz uso do poder político exerce influência sobre determinado grupo de pessoas que o obedecerá, quer seja pelo reconhecimento da autoridade como legítima quer seja por medo de quem esteja exercendo o poder.

Vale ressaltar que as Políticas Públicas são voltadas para o âmbito público, para o interesse comum a todos de uma sociedade, em contraposição à esfera privada que visa os interesses individuais, particulares. Nesse sentido, a forma de Administração Pública do Estado deve levar em consideração o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado em que as decisões tomadas favoreçam a todos e não apenas a uma minoria.

Assim, o poder do Estado se transforma em um dever para com o cidadão que é contribuinte, eleitor, sendo que suas ações devem respeitar as leis por ele criadas no texto constitucional, com base em um sistema de proteção a sociedade, assegurando as condições mínimas de saúde, educação, emprego, moradia, segurança.

Conforme Teixeira (2002, p.2), “Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem”, daí a importância dos cidadãos em participar de forma mais ativa no processo decisório de elaboração das políticas públicas, uma vez que envolve questões sociais que atingem diretamente a população.

Hofling (2001) entende políticas públicas como o “Estado em ação”, “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. (HOFLING, 2001, p.31). Nesse sentido, as políticas públicas sociais são ações implantadas pelo governo no intuito de beneficiar a sociedade diminuindo as desigualdades sociais, podendo ser entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, que buscam beneficiar a todos. Conforme Pedro Demo:

Política social pode ser contextualizada, de partida, do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais. Por trás da política social existe a questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta. (DEMO, 2013, p. 14)

Desse modo, entender políticas públicas sociais é algo complexo que envolve as questões relacionadas à resolução de demandas provenientes das camadas sociais marginalizadas, mais vulneráveis, sendo que tais questões são interpretadas pelos que ocupam o poder, que fazem parte do governo e decidem sobre a implantação de quais políticas serão adotadas ou não.

Vale ressaltar que a ideia de política social não pode ser confundida com piedade, ajuda, voluntariado, mas trata-se do processo social em que “o necessitado gesta consciência política de sua necessidade e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada” (DEMO, 2013, p. 25).

Diante disso, faz-se necessária a participação ativa da população no processo de escolhas das políticas implantadas, bem como na fiscalização e controle da eficácia e efetividade de tais políticas adotadas pelos governantes eleitos pelo povo.

3. A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO

É sabido que o Estado atua como garantidor do desenvolvimento econômico, o equalizador de oportunidades, como também o garantidor do bem-estar social, o agente relevante de assistências e serviços públicos. Nesse sentido, quando o cidadão não consegue um lugar no mercado de trabalho, o Estado, por meio de políticas públicas sociais de redistribuição de renda – programas e ações – assegura as condições mínimas de renda para que este tenha os seus direitos sociais, descritos no texto constitucional, garantidos.

Desse modo, as políticas públicas sociais que visam assegurar a renda mínima para as pessoas que vivem na extrema pobreza tornam-se apenas uma ação pontual, atuando como um paliativo que suaviza a situação naquele determinado momento. Mas de que forma essas pessoas poderiam ser inseridas no mercado de trabalho que a cada dia torna-se mais e mais competitivo?

Nesse sentido, a educação torna-se um fator primordial para o desenvolvimento social e econômico do país, uma vez que é “fundamental acentuar que educação básica, hoje, não significa apenas a instrumentação mais efetiva da cidadania, mas igualmente da produtividade.” (DEMO, 2013, p.36).

Assim, têm-se as políticas públicas sociais de distribuição de renda que garantem ao cidadão que vive na miséria condições mínimas de alimentação, saúde e moradia, e a educação como o meio pelo qual o cidadão emancipará socialmente, pois, o cidadão pleno é aquele que participa e trabalha/produz, exerce sua cidadania de forma mais consciente sabendo que é o sujeito que modifica a situação em que se encontra ao capacitar-se, pleiteando seu lugar no mercado de trabalho.

A educação torna-se o meio pelo qual as pessoas adquirem conhecimentos que irão constituir sua formação pessoal, ao mesmo tempo em que ao ter consciência de seus direitos e deveres elas transformam a realidade em que vivem, tornando-se peças-chaves para o desenvolvimento econômico, político e social do país, exercendo a verdadeira cidadania ao questionar tal realidade na tentativa de modificá-la, ou seja, a educação edifica o ser e transforma o meio social em que o mesmo encontra-se inserido.

4. ENTENDENDO O PROGRAMA BRASIL CARINHOSO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BRUMADO/BA

O Brasil Carinhoso é uma iniciativa que faz parte do Plano Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto de lei nº 7492, DE 02/06/2011 - DOU 03/06/2011, que o Governo federal lançou como mais uma importante ação de combate à pobreza na primeira infância, articulando ações de assistência social, saúde e

educação. Trata-se de um reforço a transferência de renda e fortalecimento da educação, com aumento de vagas nas creches e cuidados adicionais na saúde das crianças, incluindo a suplementação de vitamina A, ferro e medicação gratuita contra asma.

Segundo dados do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)³, o benefício começou a ser pago em junho de 2012 para as famílias extremamente pobres do Bolsa Família com filhos de até seis anos, e em dezembro de 2012 o benefício foi estendido para as famílias com filhos de 7 a 15 anos. Entendendo que são consideradas extremamente pobres as pessoas com renda inferior a R\$ 70, sendo que este valor foi reajustado em junho/2014 para R\$ 77⁴.

É importante ressaltar que o Brasil Carinhoso é uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação (MEC), articulando ações voltadas para a renda, saúde e educação. Em relação à renda, trata-se de um complemento do benefício do Programa Bolsa Família, garantindo uma renda mínima mensal de pelo menos R\$77 reais por pessoa, para que as famílias beneficiadas saiam da extrema pobreza.

Na saúde, a ação atua no sentido de tratar os males que mais prejudicam o desenvolvimento da criança na primeira infância. Assim, houve a expansão da distribuição de doses de vitamina A em postos e campanhas de vacinação, maior oferta de sulfato ferroso, além disso, apresenta como medida a distribuição gratuita de medicamentos de combate à asma no Programa “Aqui tem Farmácia Popular”.

Com relação à educação, para que esta chegue à população mais pobre, o programa oferece estímulos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal, visando a Ampliação do acesso à Creche, à Pré-Escola e melhoria no atendimento às crianças e suas famílias. Segundo dados retirados do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), essa distribuição de recursos acontece por meio de duas frentes, a saber:

O MEC antecipa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para as vagas em novas turmas de educação infantil abertas pelos municípios e pelo Distrito Federal. Com isso, os municípios não têm de esperar pela divulgação dos resultados do Censo Escolar da Educação Básica para receber os recursos;

O MDS repassa 50% mais recursos por vaga ocupada por crianças beneficiárias do Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas. Este recurso adicional pode ser utilizado para custear alimentação e cuidados pessoais das crianças. (BRASIL CARINHOSO, 2014)

Com isso, há o incentivo financeiro (antecipação do custeio/Fundeb) para criação de novas vagas em creches públicas e conveniadas, a complementação da renda para cada criança do Bolsa Família matriculada em creche, além da ampliação em 66% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para alimentação na creche e pré-escola.

Nesse sentido, no intuito de observar como no município de Brumado é tratado o programa de distribuição de renda, foi realizada uma entrevista na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SESOC), com a coordenadora do Programa Bolsa Família no município de Brumado, em que foram levantadas algumas questões referentes à Ação Brasil Carinhoso.

De acordo com a coordenadora, a ação governamental “Brasil Carinhoso” foi implantada no município de Brumado no ano de 2012 e trata-se de uma ação ligada ao Bolsa família que beneficia os participantes do

³ Informação retirada do site: <http://www.mds.gov.br/brasilemmiseria/brasil-carinhoso>, acessado em: 23/11/2013.

⁴ Informação retirada do artigo “Brasil Sem Miséria: superação da extrema pobreza foi acompanhada de maior acesso a serviços e inclusão produtiva”. Disponível em: <http://www.brasilemmiseria.gov.br/noticias/ultimas-noticias/2014/junho/brasil-sem-miseria-superacao-da-extrema-pobreza-foi-acompanhada-de-maior-acesso-a-servicos-e-inclusao-produtiva>, acesso em 08/06/2014.

programa que se encontram na extrema pobreza. Vale ressaltar que o Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda que ampara famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

Outra pergunta feita para a coordenadora foi referente a quantidade de famílias beneficiadas pelo Brasil Carinhoso, sendo que para responder esta questão a coordenadora imprimiu o Relatório de Programas e Ações do MDS, mostrando a partir do número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até R\$ 70,00 reais, no mês de maio de 2013, um total de 6.505, e destas cadastradas havia uma quantidade de 2.514 famílias que recebiam o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP).

Foi perguntado também, se desde que o programa Brasil carinhoso foi implantado no município já se percebeu alguma mudança no sentido da melhoria de vida da população beneficiada, segundo a coordenadora já houve sim, pois ocorreu uma melhoria na qualidade de vida das pessoas beneficiadas com a mudança no estilo de vida ao melhorar a alimentação, a saúde e, com isso, muitas famílias conseguiram sair da extrema pobreza.

Essa questão pode ser observada se pegarmos os dados fornecidos pela coordenadora cujo mês de referência era 05/2013 e confrontarmos com os dados recentes de 2014, percebe-se uma diferença significativa, pois em 05/2013 a quantidade de famílias que se encontravam na extrema pobreza era de 6.505 e em 04/2014 esse número reduziu significativamente para 5.351, e a quantidade de famílias recebendo o BSP (Benefício de Superação a Extrema Pobreza), em um ano, passou de 2.514 para 1.669⁵.

Não obstante, a coordenadora, ao ser questionada sobre o repasse e a fiscalização do benefício no município, afirmou que o órgão responsável pelo repasse da verba é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que complementa os valores do FUNDEB por cada vaga ocupada por criança nas creches cadastrada no Bolsa Família, ao passo que a fiscalização fica a cargo da Assistência Social. Assim, a fiscalização ocorre através de uma assistente social que faz visitas domiciliares regularmente as famílias beneficiadas, com isso percebe-se que não há uma efetiva fiscalização do benefício, sendo que o controle segundo a entrevistada é o mesmo realizado pelo programa Bolsa Família, com a verificação da frequência escolar dos alunos e do cartão de vacinação das crianças.

As informações levantadas pelo município de Brumado, em 2012, foram consideradas inconsistentes pelo Ministério da Educação, tal fato demonstra que o município ainda carece de uma fiscalização mais efetiva para que a ação Brasil Carinhoso possa continuar obtendo resultados significativos no combate a extrema pobreza no município de Brumado/Ba.

5. PAÍS SEM POBREZA, PAÍS COM EDUCAÇÃO

Quando se fala em pobreza ocorre uma associação com a ideia de desigualdade social, manifestada através da carência material em que se vê poucos com tanto e muitos sem nada. Entretanto, o autor Pedro Demo (2013) chama atenção para o fato de que é possível distinguir dois horizontes de pobreza, mesmo que ambos façam parte de um único fenômeno: a pobreza socioeconômica e a pobreza política.

A pobreza socioeconômica diz respeito à carência material imposta, podendo ser traduzida em “fome, favela, desemprego, mortalidade infantil, doença...” (DEMO, 2013, p.20), sendo este o horizonte mais

⁵ A entrevista com a coordenadora foi realizada no final de 2013, sendo que, ao ser consultado o site em que foram retiradas as informações fornecidas pela coordenadora, este já havia sido atualizado e, desse modo, se pode fazer um comparativo que corroborou para reiterar a resposta da coordenadora.

tratado pela política social comprometida em resolver a questão da pobreza material, principalmente do emprego e da renda, pois é a partir dessas que as outras necessidades decorrem e dependem.

Ao passo que a pobreza política relaciona-se com a “dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno dos seus interesses” (DEMO, 2013, p.20). Sendo que esse horizonte é menos estudado, embora se apresente também condicionado a carência material, diz respeito ao povo como objeto de manipulação, do pobre inconsciente que nem sequer sabe que é pobre, “pois não chegou a descobrir que é mantido pobre” (DEMO, 2013, p.19).

Atualmente, o desenvolvimento nas sociedades modernas é sinônimo de oportunidade, ou seja, ocorre por meio da capacidade da sociedade em construí-lo dentro do contexto histórico em que se encontra. A esse respeito Pedro Demo afirma que:

Uma das estratégias mais efetivas é educação, sobretudo como formação básica que deve ser universalizada na população. A qualidade educativa popular emerge como fator crucial das chances de construir projeto de desenvolvimento moderno e próprio, a par da ciência e tecnologia. (DEMO, 2013, p.34).

Com isso a qualidade educativa da população torna-se um fator importante para o desenvolvimento moderno, e cada vez mais a educação é reconhecida como a oportunidade mais expressiva para mudar a situação histórica desenhada pelo sistema capitalista que é movido pelo lucro. Nesse sentido, o autor supracitado afirma que:

O crescimento econômico moderno precisa, para ter chance no mercado competitivo e qualitativo, essencialmente manejado pelo domínio tecnológico, de trabalhadores dotados de competência básica considerável. A acumulação de capital depende, sempre mais, de educação, ciência e tecnologia, sobretudo da qualidade educativa popular. Educação, para além de sua função tradicionalmente reconhecida de bem em si e de instrumentação eficaz da cidadania, assume o papel decisivo no produtivo moderno. (DEMO, 2013, p. 101)

Nesse sentido, a educação é o meio possível para se atingir a mudança na sociedade, sendo que a formação é essencial principalmente no ensino fundamental e vai além da necessidade informativa, se coaduna no processo de formação do ser como cidadão, assim, torna-se um instrumento primordial no enfrentamento da pobreza política e material, uma vez que quanto mais capacitadas, mais chances as pessoas possuem de ingressar no competitivo mercado de trabalho, em outras palavras, com a educação “na penumbra da produtividade é possível avançar na cidadania, conquistando para o trabalhador lugar mais condizentes com suas pretensões justas de sujeito social.” (DEMO, 2013, p.103).

6. CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo principal realizar uma análise reflexiva acerca da importância da educação no âmbito das políticas públicas sociais como elemento de erradicação da pobreza, uma vez que é preciso bem mais que políticas públicas de distribuição de renda para acabar com a pobreza no país, é preciso educação de qualidade que forme cidadãos conscientes do seu papel na sociedade e que

sejam capacitados e preparados para o mercado de trabalho.

Com isso, as políticas sociais que trazem na sua constituição que não só a distribuição de renda é importante, mas também, entendem que a educação é um dos meios para que as pessoas consigam modificar a sua condição transformando o meio social em que vivem, respondem a primeira questão-problema levantada a partir do tema que diz respeito à importância de se valorizar a educação e não apenas implantar políticas públicas distributivas, mas entender esse subsídio do governo como um auxílio temporário para que os indivíduos se capacitem para o mercado de trabalho e, mais que isso, se tornem cidadãos que exerçam a sua cidadania plenamente.

Com o intuito de demonstrar a relação entre Políticas Públicas Sociais e a importância da Educação para superar o quadro de pobreza que impede o desenvolvimento socioeconômico do país, foi realizada uma análise da ação governamental “Brasil Carinhoso”, implantada no município de Brumado/Ba, pois trata de uma ação que visa erradicar a pobreza na infância, bem como incentivar a inserção da criança no ambiente educacional com a ampliação de vagas em creches públicas e conveniadas, a complementação da renda para cada criança do Bolsa Família matriculada em creche.

Diante disso, com base no que foi discutido acerca da ação Brasil Carinhoso no município de Brumado, respondendo a segunda pergunta levantada neste trabalho, o que se percebe é que as políticas públicas sociais de distribuição de renda são importantes, pois elas atuam de forma pontual aliviando a pobreza momentaneamente, concedendo as mínimas condições de renda, dignidade, alimentação, moradia, saúde para aqueles que se encontram na pobreza socioeconômica, entretanto, tais políticas tornam-se apenas paliativos, sendo que a via fundamental que leva a erradicação da pobreza a partir da emancipação social, é a educação.

A educação é uma importante ferramenta na formação do cidadão consciente de seus direitos e deveres e de que cada vez mais se faz necessário capacitar-se, sendo que a educação básica é o alicerce para que o futuro profissional construa uma carreira de sucesso, daí a importância do contato da criança com o ambiente educacional.

Nesse sentido, este estudo gera novas discussões uma vez que ao saber que a educação é primordial para o desenvolvimento socioeconômico do país, o grande desafio encontra-se na melhoria da qualidade desta educação.

Enfim, o que se espera é que a educação melhore de forma qualitativa, pois só assim haverá a viabilidade dentro do sistema capitalista em que, no contexto do desenvolvimento de uma economia de mercado, as chances dependem da competência científica e tecnológica, mas, sobretudo, da qualidade educativa de toda população.

REFERÊNCIAS:

BRASIL CARINHOSO. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/brasil-carinhoso>. Acesso em 16/06/2014.

Brasil Sem Miséria: superação da extrema pobreza foi acompanhada de maior acesso a serviços e inclusão produtiva. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/noticias/ultimas-noticias/2014/junho/brasil-sem-miseria-superacao-da-extrema-pobreza-foi-acompanhada-de-maior-acesso-a-servicos-e-inclusao-produtiva>, acesso em 08/06/2014.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania.** - 13ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2ª reimpressão, 2013.

HOFLING, Eloísa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>, acesso em 22/11/2013.

O Brasil Sem Miséria no seu Município: Brumado/Ba. Disponível em: <
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/texto/proc.php>, acesso em:19/06/2014.

Relatório de Programas e Ações MDS: Brumado/Ba. Disponível em: <
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=290460&area=0&ano_pesquisa=2014&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=2&ms=677,681,697,691,683,695,685>, acesso em: 20/06/2014.

RODRIGUES. Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf, acesso em 24/11/2013.